

## CONTROLE SOCIAL, VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

**Aluna: Gabriela Almeida de Moura Estevão**  
**Orientador: João Ricardo Wanderley Dornelles**

### Introdução

A sociedade contemporânea é perturbada por um intenso sentimento de insegurança, instigado pelo constante bombardeamento de notícias e discursos que discorrem sobre a violência e as facetas da perversidade humana. Artigos da imprensa e discursos políticos versam constantemente sobre o problema dos roubos, dos homicídios com requinte de crueldade, da violência do tráfico, da ameaça terrorista.

Os cidadãos encontram-se cada vez mais oprimidos pelo modo de produção capitalista, que sofreu desde o século passado um processo de flexibilização de seus meios produtivos e de suas relações de trabalho, que gerou um alto número de desempregados e marginalizados, sem acesso ao mercado de consumo.

Tomados pelo medo da violência e do caos, as pessoas recorrem a formas particulares de segurança e muitos acabam apoiando políticas penais severas contra os supostos desviantes da sociedade.

Paralelamente a esse fato, há um crescente endurecimento das políticas penais dos países ocidentais em geral, com raras exceções, muitos com uma taxa crescente de encarceramento e uma política de aumento de penas e diminuição da maioria penal.

A pesquisa realizada teve o objetivo de melhor compreender a natureza das políticas de controle social adotadas na atualidade, assim como sua relação com o grande número de excluídos do sistema capitalista, que acabam por se tornar a principal clientela do sistema penal. Outra finalidade é compreender como o medo e a construção de um imaginário de insegurança são utilizados pelos grupos dominantes da sociedade contemporânea, e em que medida estes servem como mecanismos de legitimação de poder e dominação sobre os demais grupos sociais.

### Metodologia

O método utilizado no processo de pesquisa é o do estudo bibliográfico, no qual são analisadas diversas obras escritas por autoridades nos temas apontados.

Para traçar um panorama das mudanças sofridas pelo sistema capitalista no século passado, tomou-se como norte o livro de David Harvey, importante geógrafo e professor da universidade de Oxford, *The Condition of Posmodernity*, que apresenta uma análise dialética e profunda das transições econômicas, sociais e culturais no período de transição do que ele chama de condição moderna para uma condição pós-moderna.

Considerou-se relevante a obra de Zygmunt Bauman, sociólogo respeitado e conhecido estudioso da chamada conjuntura “pós-moderna”. O livro sobre qual se fez uma análise mais aprofundada nesta pesquisa tem como tema central o medo, de nome *Medo Líquido*, o qual será um dos pilares da presente pesquisa.

Outro livro de grande relevância para o estudo do tema é o *Medo na Cidade do Rio De Janeiro*, escrito por Vera Malaguti Batista, que aborda a construção de um imaginário de medo em duas épocas da história carioca: o século XIX até o fim da escravidão, e o Rio de Janeiro a partir de 1992. Tal obra é uma fonte rica tanto sob perspectiva histórica como sociológica,

haja vista que lança mão de diversos especialistas tanto da psicologia como da sociologia para abordar a questão do medo.

Para fins de análise dos mecanismos de controle social foi escolhida a obra de João Ricardo Wanderley Dornelles, *Conflitos e Segurança*, que faz um competente apanhado sobre os diversos mecanismos de controle empregados na sociedade pós-moderna.

Os demais artigos e livros utilizados neste trabalho foram selecionados de maneira criteriosa por sua relação íntima com os assuntos a serem abordados.

O tema escolhido desta pesquisa é de grande relevância. O medo, a violência, as políticas de controle, e as medidas de combate ao tráfico e ao terror são constantemente abordados nos jornais, em muitas publicações acadêmicas (algumas delas analisadas no trabalho), nas artes, e na cultura de massa (acabou-se de ver novelas e filmes retratando a realidade da favela, a violência policial, a insegurança e caos urbanos, como “Duas Caras”, “Cidade de Deus”, “Tropa de Elite”, “Cidade dos Homens”, “Ônibus 174”, e a criminalidade assim como temas relativos ao terrorismo, “United 93”, “Farenheit 9/11”, entre muitos outros.). Essa é uma discussão atual, que abrange o Estado, as grandes corporações, os cidadãos amedrontados, os excluídos e despossuídos. Todos esses grupos são envolvidos pelo imaginário do medo, seja na sua fabricação seja como seus alvos principais.

A pesquisa realizada não teve a pretensão de esgotar a questão do medo, do controle social, dos mecanismos de dominação e de exclusão, mas sim fazer uma análise cuidadosa destes elementos, e ver em que medida estes se inter-relacionam no contexto contemporâneo. Para tanto, o processo investigativo estudado se dividiu em três etapas.

Primeiramente buscou-se investigar as transições ocorridas no modo de produção capitalista no século passado, as mazelas trazidas por este, principalmente a exclusão social de uma parcela da população, e um estudo dos mecanismos de controle social que passam a ser adotados, observando sua natureza eficientista.

Em um segundo momento foi discutida a questão do medo, e suas causas possíveis, sob uma perspectiva social e política. Foram tratadas as questões do medo da morte, do medo da exclusão social, da utilização econômica do medo, das possíveis manipulações do medo por parte do Estado e das grandes corporações serão tratadas.

A última e atual etapa da pesquisa consiste na abordagem e compreensão do processo de construção do imaginário, buscando discutir o papel da estética e da mídia como formadores de representações do real. Para se ter uma perspectiva mais concreta do tema está sendo estudado o caso específico do Rio de Janeiro, analisando o seu histórico de pobreza e exclusão e também discutindo pesquisas de campo realizadas acerca da violência noticiada pelos jornais do Rio e o sentimento de insegurança experimentado pelos moradores da cidade carioca.

Para entender a transição ocorrida no sistema capitalista foi importante entender minimamente o sistema fordista de produção, o qual se tornou uma resposta econômica para a crise de 1929 e ganhou grande força no período do pós-Segunda Guerra mundial.

Uma das principais facetas instauradas por Henry Ford foi o horário de trabalho de oito horas e cinco dólares por dia, com o intuito de disciplinar o trabalhador para participar do processo produtivo de linha de montagem, no qual exercia uma única atividade ao longo de sua jornada de trabalho que devia ser repetida exaustivamente. Para tanto, os trabalhadores eram minuciosamente treinados e controlados por uma “política de controle e gerência do trabalho”, dentro de um contexto hierarquizado de produção. A disciplina e rotinização assim como a crescente designação de cargos administrativos de chefia criaram um ambiente de controle constante, de controle de trabalho sobre o trabalho que permitiram um aumento significativo de produtividade.

Para Harvey, O regime fordista tinha como grande diferencial:

“(…) seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de

massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.” (HARVEY, 1992, p. 121).

A forma hierarquizada de produção fordista, implicava na atribuição de uma atividade específica a ser exercida repetidas vezes para cada trabalhador. Tal lógica privava o operário do contato com o produto final, familiarizando-o apenas com uma pequena etapa de sua confecção. Assim, o regime alienava o trabalhador das demais etapas de confecção do produto, deixando este desprovido do poder intelectual sobre os meios de produção, e por isso distanciado do produto final. Desta forma a habilidade do operário foi perdendo a importância, transformando-o em apenas mais uma ferramenta necessária para o bom funcionamento da máquina produtiva. (HARVEY, 1992, p.122-123).

A partir de 1945, os Estados-nação conseguem, de maneira mais concreta, resolver e usar seus poderes para intervir e exercer controle sobre a economia visando o aumento de investimento global para dar novo fôlego às suas economias. Controle este que para o economista Britânico Lord Keynes deveria ser o papel característico do Estado, que tinha como objetivo manejar as crises cíclicas do capitalismo.

O Estado passou a exercer uma regulação macroeconômica, implementando políticas econômicas e fiscais através do investimento em infra-estrutura e do estímulo ao consumo e ao emprego. Formou-se, por sua vez, uma rede de políticas de bem-estar que viabilizou a sustentação de elevados níveis de consumo, proporcionou o pleno emprego e conseguiu trazer certa igualdade social. O Estado passou a se mostrar como reparador das “pequenas mazelas” resultantes da vigorosa expansão do capitalismo, mal este necessário para o bom andamento do “grande esquema das coisas”. Proporcionou-se, desse modo, suporte à população, conferindo-lhes direitos sociais e trabalhistas e fornecendo-lhes serviços de educação, saúde e habitação públicos. A partir de 1945 e até 1973 tem-se uma época de prosperidade do capitalismo, chamada por alguns de época de ouro, na qual os países europeus experimentaram um momento próspero na economia e na realidade social.(HARVEY, 1992, p. 134-135).

Neste contexto do capitalismo fordista, David Harvey vê o surgimento de um novo homem, o qual é sujeito a condições de trabalho limitadoras e alienantes e é estimulado pelo ideal do consumo imoderado, consumo este que é visto como segredo para obtenção da felicidade.

Segundo Harvey, este regime era dotado de grande rigidez não só no âmbito de investimentos de capital fixo, como também na estrutura do mercado de trabalho (sua alocação, seus contratos, sendo qualquer tentativa de flexibilização “embarreirada” pelo poder da classe operária), e nos compromissos estatais com as políticas de bem-estar social.

A partir da década de sessenta esta rigidez trouxe sérias dificuldades para a economia, o que levou a uma política inflacionária por parte dos Estados, notadamente os Estados unidos (HARVEY, 1990, p. 141-145). A situação se agravou com a crise do petróleo de 1973, que teve como uma de suas mais graves conseqüências a crise no sistema fiscal dos “Welfare State”. Esta se deu devido a crescente demanda de práticas assistencialistas por parte da população vitimizada pela crise econômica, e a incapacidade da receita de atendê-la. Essa incapacidade gerou insatisfação tanto nos contribuintes, que viam sua carga tributária cada vez mais aumentada, quanto nos que seriam beneficiados pela assistência, por não terem suas necessidades atendidas (HARVEY, 1990, p. 145). Começa a se desfazer pois o sistema de bem-estar, o que deixou desamparado o crescente contingente de excluídos do sistema e de pessoas empobrecidas.

Para combater a crise que se instaurava, uma série de medidas foi adotada, o que levou à formação de um regime de acumulação flexível, de flexibilização do mercado de trabalho e dos padrões de consumo. Os empregadores se aproveitaram do Estado enfraquecido dos

sindicatos e do crescente número de desempregados desesperados para reformular o regimento do trabalho, priorizando a utilização “do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado” (HARVEY, 1992, p.143) em detrimento do regime de emprego regular e estável.

Como resultado das novas formas de organização do sistema capitalista de produção, multiplicam-se as políticas de demissão voluntária, de reestruturação e cortes nos quadros de pessoal de empresas, resultando em um enorme contingente de desempregados desprovidos da possibilidade de re-inserção no mercado, configurando uma situação de desemprego estrutural.

Estes desempregados estão a margem do sistema produtivo e do mercado consumidor. Considerando-se que as grandes corporações produzem um estímulo constante ao consumo e associam este a obtenção da felicidade, e que este alto contingente de excluídos do sistema não tem acesso a esta suposta dádiva material, pode-se dizer que deste novo sistema capitalista resultou um alto número de cidadãos marginalizados insatisfeitos.

Segundo Bauman, tais excluídos que não possuem as cartas do jogo de consumo tem uma função ambivalente no quadro social. Se, por um lado apresenta uma ameaça à ordem constituída devido ao expressivo número de insatisfeitos, ela também possui relevante utilidade. Isto porque esses “incapazes” são a personificação da tragédia e agrura que podem recair sobre o indivíduo que não participa do “jogo” de consumo ou que o fazem de maneira ilegal. Forma-se um poderoso mecanismo de controle que mantêm os “jogadores” calmos e inofensivos e inseridos no contexto produtivo. (BAUMAN, 1998, Capt. III).

Estes consumidores frustrados, situados à margem da sociedade assim, principalmente quando estes praticam atos ilícitos visíveis (como o tráfico de drogas, o terrorismo, o assalto à mão armada), representam, segundo Zygmunt Bauman, um inimigo interior da realidade do capitalismo pós-moderno.

Segundo Bauman em cada sociedade existe um movimento constante para a obtenção da ordem, sendo variáveis para cada grupo específico o método e os descontentes resultantes deste movimento. Quando uma ordem social vê sua identidade correndo algum risco, esta cria fantasias dos perigos que a cercam. Para lidar melhor com suas inseguranças e ansiedades, escolhe-se um inimigo para direcionar todo o medo e repulsa que acompanha a sociedade cotidianamente. Assim discorre Bauman sobre o inimigo interior:

*De um modo geral (...) a imagem da ameaça tende a ser um auto-retrato da sociedade com um sinal negativo. A sociedade insegura da sobrevivência de sua ordem desenvolve a mentalidade de uma fortaleza sitiada. Mas os inimigos que lhe sitiaram os muros são seus próprios ‘demônios interiores’ – os medos reprimidos e circundantes que lhes permeiam a vida diária e a ‘normalidade’, e que, no entanto, a fim de se tornar suportável a realidade diária, devem ser dominados, extraídos do cotidiano vivido e moldados em um corpo estranho, um inimigo tangível com que se possa lutar. (BAUMAN, 1998. p. 52-53).*

Bauman aponta como inimigos internos na pós-modernidade os que não participam do jogo de consumo, os desfavorecidos e os criminosos. Cabe lembrar que o Estado agora tem uma inserção nova no contexto econômico, exercendo não mais o papel de estimular o pleno emprego e ao consumo de massa, mas de regular o mercado financeiro, pagar as dívidas interna e externa, e a contenção da inflação. Este não mais oferece suporte às vítimas do sistema econômico. Houve uma privatização da tarefa de lidar com os riscos coletivamente produzidos. Estes excluídos são, portanto a corporificação dos demônios interiores da sociedade pós-moderna.

Para os governantes, esse alto número de marginalizados, que Bauman chama de “refugio” (BAUMAN, 1998, P.57.), precisa ser contido e sua capacidade de resistência neutralizada, pois nada deve perturbar a ordem estabelecida, a qual é garantidora do bom andamento da Sociedade de consumo e do sistema capitalista.

João Ricardo Dornelles ao falar do conceito de controle social menciona as definições de Stanley Cohen e a de Juan S. Pergoraro.

Cohen apresenta o controle social como “um conjunto de meios pelos quais uma sociedade responde aos indivíduos ou grupos sociais que, de alguma maneira, colocam em risco a ordem estabelecida.” (DORNELLES, 2003, p. 20). Ordem essa que, na conjuntura que se configurou a partir das duas últimas décadas do século XX, tinha como pilar a lógica de produção do capitalismo de acumulação flexível. E, tinha como ameaça o grupo social que foi vítima do próprio sistema.

Já Pergoraro conceitua controle social como a estratégia tendente a naturalizar e normalizar uma determinada ordem social construída pelas forças sociais dominantes (DORNELLES, 2003, p. 22).

O processo de naturalização estaria intimamente ligado ao ideal positivista de "lei e ordem" mantido em alta conta pelo Estado e as classes dominantes desde o século XIX. Isto porque uma maneira de garantir a manutenção da ordem seria torná-la natural e aceita por todos os seguimentos da sociedade como a maneira normal do funcionamento da vida em conjunto. Se no processo de formação livre da ordem social um consenso coletivo consegue ser estabelecido, ou melhor, se a sociedade consegue ser convencida de que ele existiu, a ordem criada passa a ser dotada de legitimidade. Dentro desta noção de consenso social está encerrado um conjunto de bens jurídicos considerados relevantes pela coletividade e que, por isso, devem ser protegidos, e o são pelo direito penal. A partir do momento que a ordem é legítima assim também são, por extensão, os bens jurídicos e, conseqüentemente, o direito penal que os protege. (DORNELLES, 2003, Capt. II).

Da naturalização da ordem decorre a naturalização da desigualdade social e uma conseqüente conformidade, o que permitiu a diminuição considerável da aplicação por parte dos governos de medidas de desenvolvimento social, e a adoção de políticas assistencialistas. Tais políticas possuem um caráter neutralizador, pois não proporcionam um real melhoramento de condições de vida e trabalho para os setores sociais beneficiados, apenas servem como paliativo, apaziguador de insatisfações imediatas<sup>1</sup>.

As políticas de prevenção e proteção são direcionadas para um setor diferente da sociedade, os considerados "bons cidadãos" que participam do meio produtivo e do mercado de consumo.

A manutenção da ordem está ligada a noção de segurança. E para ilustrar tal relação é importante utilizar a noção de inimigo interno já exposta. O inimigo interno escolhido pelos grupos dominantes, apresenta perigo à ordem e por isso é "demonizado" e torna-se a personificação do mal e da ameaça. Os demais membros da sociedade são adestrados a temer estes inimigos como a fonte da insegurança que sentem. Os mecanismos produtores de discurso e ideologia, quais sejam as forças governantes, a mídia e as grandes corporações, produzem um imaginário de insegurança, ao privilegiar a abordagem e discussão de práticas sociais ilícitas perpetradas pelo setor escolhido para ser "demonizado".

Essas práticas, por serem características de uma camada mais desfavorecida, ocorrem em locais públicos e ou de grande visibilidade (a rua, a praça, o ônibus). Essa visibilidade é registrada não só através de testemunhas oculares, mas também pelas câmeras, através de fotos e filmagens utilizadas em jornais impressos, telejornais, documentários e propagandas políticas, por exemplo. Dornelles aponta para o fato desse material concreto e visualmente expressivo ser um forte instrumento gerador de insegurança, inspirando nos cidadãos uma busca por segurança a qualquer preço.

<sup>1</sup> O parágrafo acima foi uma ilustração de como as políticas de controle social adotadas não visam melhorar a organização social mas sim manter e reproduzir a ordem estabelecida. O movimento de "lei e ordem" tem como objetivo a preservação da ordem através do combate aos inimigos e ameaças, não se preocupando, portanto, em fazer considerações valorativas acerca dos métodos e políticas de controle utilizados para tal. (DORNELLES, 2003, p.37)

A essa busca por segurança a qualquer preço alia-se intimamente a idéia de eficiência e de emergência. Quer-se reparar essa incerteza logo, da maneira mais rápida e eficaz, mesmo que isso signifique o sacrifício de garantias e direitos humanos. Passamos a ter uma política penal de emergência, um novo modelo que se baseia na insegurança social, tendo a figura do desviante (criminoso) a função de provocar temor e incerteza, de “construir um consenso social através do medo. (DORNELLES, 2003, p. 37.)

A essa busca pela eficiência através de políticas penais de emergência punitivas e da criminalização de conflitos sociais, movida pelos discursos de “lei e ordem”, se dá o nome de efficientismo penal. O efficientismo promove a repressão intensiva da população de rua, e das classes desfavorecidas em geral (não só os transgressores pontuais), e cultiva o estigma de “criminoso em potencial” que recai sobre todo esse grupo social. Há uma militarização da polícia, um pesado investimento no seu emparelhamento e uma belicização das terminologias usadas para tratar dos assuntos criminais. O número de mortes decorrentes de conflitos entre policiais e criminosos, os chamados autos de resistência a prisão, cresce expressivamente. Segundo Dornelles, há uma transição de uma política penal para uma política de segurança. Um endurecimento das penas, aumento da taxa de encarceramento, movimentos para a redução da maioria penal. Desestimula-se a visão política de tensões sociais, adotando-se um tecnicismo que busca o combate a transgressões da ordem. (DORNELLES, 2003, p. 42).

Após maior análise dessa nova configuração das políticas penais, podemos ver que a forma considerada mais eficaz de conter a classe insatisfeita e excluída é neutralizá-la, despi-la de sua capacidade de resistência.

Para Bauman, a maneira encontrada foi a brutalização e criminalização desses grupos hipossuficientes. O autor argumenta que, para lidar com o contingente de excluídos (o inimigo interno da ordem vigente) os Estados substituem as políticas do bem-estar pelo controle social penal. (BAUMAN, 1998, Capt. III).

Desde a década de oitenta percebeu-se no mundo, principalmente nos Estados Unidos, um endurecimento das legislações penais, as quais previram o aumento do quantum das penas de encarceramento, a aplicação mais ampla da pena capital, a diminuição da maioria penal para o julgamento de determinados crimes. Com o controle social punitivo não se pretende mais recuperar ou re-inserir o excluído na sociedade e no mercado de trabalho, mas sim excluí-lo definitivamente e estigmatizá-lo, isolando-o no sistema prisional.

O clássico exemplo da adoção de políticas criminais efficientistas com esse fim de exclusão e neutralização do setor despossuído da sociedade e a política de “Tolerância Zero” adotada em Nova Iorque a partir de 1993 pelo prefeito da época Rudolf Giuliani. Tão emblemática é essa política que ela foi adotada em outros países, tanto da Europa como da América Latina em maior ou maior grau.

Desde a década de oitenta do século XX, Estados Unidos (nos governos de Reagan, George Bush, Clinton e o George Bush, o filho) adotou políticas penais crescentemente rigorosas. O encarceramento atingiu o número de 6.6 milhões (cerca de 3% da população) nas duas últimas décadas do século XX. Segundo Dornelles durante essa época os formadores de opinião neoconservadores (e.g. mídia, corporações, profissionais liberais, assim como parte da academia) encorajou a penalização da pobreza, criando a idéia de economia prisional, de indústria da segurança. (DORNELLES, 2003, p. 53- 56).

Devemos destacar que organizações como o Manhattan Institute e a Heritage Foundation (através de publicações e coisas parecidas) trouxeram para a mesa de discussões a “Broken Windows Theory”, desenvolvida por James Wilson e George Kelling, que foi a base teórica para a aplicação da “Tolerância Zero”, de Giuliani. A “teoria das janelas quebradas” defendia a persecução severa de pequenos delitos, contravenções e condutas desordeiras cotidianas como maneira de prevenir e retroceder os desvios, perturbações mentais que levam a práticas delituosas mais graves. (DORNELLES, 2003, P. 56 E 60).

Com a aprovação dessa teoria, os governantes nova-iorquinos passaram a reservar uma alta parcela do orçamento (em 1998 foi investido em segurança pública cerca de quatro vezes a quantia destinada à construção de hospitais) para o fortalecimento, emparelhamento das forças policiais, informatização do sistema, e os demais custos dessa política de persecução de pequenas infrações, as quais, eram praticadas principalmente pelas comunidades pobres das regiões guetificadas de Manhattan. Na verdade a população dessas áreas empobrecidas foi milimetricamente vigiada, monitorada e conseqüentemente repreendida por qualquer ato desordeiro, ou considerado como tal, que praticassem. Esse setor da população passou a ser tratado como de “transgressores em potencial”. O delito praticado não era tão importante quanto aqueles que ainda poderiam vir a ser perpetrados e os locais os quais esses mais provavelmente iriam ser praticados. (DORNELLES, 2003, p. 53-63).

As autoridades governantes passaram a dar um tratamento penal para os problemas sociais, pois ao invés de investirem prioritariamente em políticas de educação saúde e geração de empregos, agora davam preferência a uma política de segurança que visava perseguir os “parasitas sociais”, fonte de medo e insegurança, para proteger os “bons cidadãos”. (DORNELLES, 2003, p. 61).

Um grande suporte teórico para os defensores da política de “tolerância zero” veio de Murray E. Herrnstein, um acadêmico da época, que levou mais longe a discussão sobre a pobreza, periculosidade e conflito, introduzindo um caráter biológico na sua análise, ao atribuir a desigualdade social nos Estados Unidos aos diferentes níveis de capacidade intelectual dos cidadãos. O autor alega que a inclinação para a prática tanto de crimes quanto de atos desordeiros tem direta relação com uma baixa capacidade cognitiva. Ele também dispõe que numa sociedade como a americana na qual é oferecida uma oportunidade igual a todos seus membros, o fracasso e a pobreza também estão diretamente ligados a um déficit de inteligência, basicamente responsabilizando os pobres por sua situação desfavorável. (DORNELLES, 2003, p. 57-59).

Ao dar uma justificativa biológica para as desigualdades, Herrnstein naturaliza o problema, torna essa configuração uma realidade normal que deve ser aceita tal como é. Para Dornelles, esta visão, por fim, legitima as políticas adotadas pelos governantes americanos em geral, Rudolf Giuliani em particular, que priorizam as medidas repressivas de segurança e o investimento no mercado financeiro e produtivo, deixando de lado as políticas assistencialistas, o investimento na educação, na saúde e na infra-estrutura para as camadas baixas da população (a partir do momento que a pobreza e o desequilíbrio se tornam coisas naturais, as idéias de prevenção e recuperação perdem sua força mobilizadora).

A imagem do pobre como inadequado, perdedor, e preguiçoso foi amplamente difundida pelos veículos de comunicação de massa, desde os programas de TV até os filmes, e também pela educação dada às crianças nas escolas e pelos programas de treinamento nas grandes corporações. Concomitantemente, nestes mesmos meios, o homem bem sucedido era glorificado e considerado como um vencedor, um participante ativo do processo produtivo, do mercado financeiro e do mundo do consumo.

Outro fator que consagrou a “Zero Tolerance Policy” como modelo internacional de política de segurança, foi a súbita e radical mudança de abordagem por parte da mídia da cidade de Nova Iorque. Antes da aplicação da medida, Nova Iorque era vista como uma das cidades mais perigosas dos Estados Unidos e depois passou a ser, a partir de 1998, retratada como uma das mais seguras.

Acerca do assunto, Dornelles aponta para a declaração de Lóic Wacqüant de que três anos antes da aplicação da nova estratégia de segurança instituições de pesquisa já tinham registrado uma queda na criminalidade não só em Nova Iorque, mas em Boston, Chicago e San Diego.

Essa repentina e injustificada mudança de tratamento dada pela mídia coroou a política

de tolerância zero como o grande remédio para as mazelas, conflitos e insegurança das áreas urbanas.

Assim, temos estruturada e legitimada uma série de práticas que visam maximizar o controle, a vigilância, a punição e exclusão dos excluídos da sociedade, esse “outro” que é a materialização de todos os medos e inseguranças gerados pelo sistema capitalista neoliberal. A manipulação desse medo social se configura, pois, como um dos mais eficazes instrumentos de dominação encontrados na sociedade contemporânea.

Para dar continuidade a pesquisa passou-se a estudar a questão do medo, sob a perspectiva do autor Zygmunt Bauman.

Diante de uma ameaça, os animais tendem a adotar duas possíveis reações: a fuga e a agressão. Tais respostas seriam impulsionadas por uma espécie de sentimento de medo primitivo. Medo este que é compartilhado entre grande parte dos seres vivos, e é muitas vezes chamado de instinto de sobrevivência. (BAUMAN, 2008, pg. 9).

Quando se trata de seres humanos, no entanto, uma espécie mais complexa de medo, a eles exclusiva, surge: um medo secundário que seria de natureza social. Este seria um elemento orientador dos comportamentos na sociedade sem que necessariamente existisse uma ameaça imediata ou presente à integridade ou bem-estar de alguém. Bauman define esse medo como “uma estrutura mental estável que pode ser mais bem descrita como o sentimento de ser suscetível ao perigo; uma sensação de insegurança (...) e vulnerabilidade (...)”. (BAUMAN, 2008, pg. 9).

Se fossemos incumbidos da tarefa de delimitar a causa primordial de temores em nós seres humanos ao longo da história, não tardaríamos em nomear a morte como vencedora e mais merecida dona de tal título. Como disse Zygmunt Bauman, esse é o “medo cósmico”, “o horror primeiro dessa irremediável e inextirpável insegurança existencial que renasce todo dia com a lembrança inexorável de nossa vulnerabilidade última- a morte” (BAUMAN, 2000, p.67).

Foi estudada a forma contemporânea de lidar com este medo supremo: a da marginalização das preocupações com a morte através da “desvalorização de tudo que seja durável, permanente, de longo prazo” (BAUMAN, 2008, P.56). Retirou-se o ponto de conexão entre uma vida mortal e o eterno. Com esse novo sistema procurou-se afastar da consciência humana a preocupação com a eternidade, com aquilo que ultrapasse a existência individual. Bauman diz que se alcança esse objetivo através da desconstrução da morte e da banalização desta.

Quanto à desconstrução Bauman cita Freud no que tange a tendência moderna de atribuir a morte a algum caso fortuito (doença, desgraça, idade avançada) reduzindo a morte “de necessidade à oportunidade.” Com isso, há uma estipulação de uma causalidade específica ao acontecimento fatal. Essa idéia de uma possível evitabilidade da morte, ao atribuir-lhe uma causa determinada, seja um acidente, seja uma doença específica possui um fator desconstrutor da morte como força natural e inexorável. Bauman sintetiza esse mito da contingência da morte como: “construído e sustentado mediante a representação de um ato natural, como produto de muitas falhas humanas que poderiam ser evitadas ou tornadas evitáveis. (...) A naturalidade da morte é camuflada de cultura” (BAUMAN, 2008, p.58).

A desconstrução da morte, ao contrário do que se pode pensar, não levou ao esquecimento da certeza da morte, mas sim transformou uma preocupação futura acerca de um evento longínquo e certo em uma preocupação presente e constante, materializada em todos os possíveis objetos ou agentes concretos causadores da morte. Em outras palavras a preocupação com o fim deixa de se tornar insuportável mas passa a ser constante e concretizada em tarefas diárias de combate e prevenção. (BAUMAN, 2008, p.59).

A banalização da morte a que se refere Bauman consiste na realização de encenações freqüentes da morte ao longo da vida, tornando ordinário o enfrentamento constante que já foi



mencionado. Para o autor a experiência da morte no cotidiano é tida pela notícia da morte de terceiros desconhecidos, seja em desastres, seja em acidentes ou por advento de doença; pela morte de algum conhecido ou ente querido; e por fim, pelo que ele chama de “morte metafórica que se concretiza no fim de relacionamentos afetivos.

Ao relacionar essa morte metafórica com a qualidade flexível dos relacionamentos afetivos no contexto pós-moderno, Bauman aponta que através dessa “fissiparidade dos vínculos” que implica em rompimentos constantes, os indivíduos estariam passando por um “ensaio diário da morte”. Passou-se a reconhecer a morte fundada na “fragilidade dos vínculos humanos” ao invés da morte “originada na fragilidade dos corpos” (BAUMAN, 2008, p. 64-65). Operou-se então uma banalização da morte através dessa constante repetição metafórica do fim materializada nos frequentes desenlaces afetivos da atualidade.

Para entender o medo, a pesquisa passou então à busca pelo entendimento da natureza dos perigos responsáveis pelo seu surgimento. Bauman apresenta três tipos de perigos : “os que ameaçam o corpo ou as propriedades”; “os que ameaçam a durabilidade ordem social e a confiabilidade nela”; e “os que ameaçam o lugar da pessoa no mundo (...) [ameaçam] a imunidade à degradação e à exclusão sociais”. (BAUMAN, 2008, p. 10).

O surgimento desse medo teria uma relação maior com a falta de confiança dos humanos nas defesas que eles têm disponíveis do que nas ameaças que poderiam vir a se apresentar. Por isso, Bauman, tomando como base uma série de estudos, alega ser relativamente fácil desacoplar o medo secundário dos perigos que poderiam vir a ser a causa deste medo. Conseqüentemente, se poderia desviar as reações de agressividade e defesa resultantes, as quais, como já foi visto, seriam as reações típicas dos animais diante de uma possível situação de apuros, para um lugar outro que daquele correspondente aos perigos de fato responsáveis pela ameaça. (BAUMAN, 2008, p.10)

Ao falar das catástrofes naturais Bauman menciona Timothy Garton Ash e o temor da descivilização, que não deixa de ser uma espécie de “morte social”. Este consiste no medo de que a sociedade ao se deparar com situações adversas e precárias (como a falta de saneamento, comida e condições mínimas de segurança) voltasse a um estado de caos e hostilidade, na qual cada um está por si e não existe um poder externo controlador e instaurador da ordem. Este medo da “desarticulação em grande escala” de tudo que é civilizado ganha uma expressão maior quando se destaca a qualidade abrangente da catástrofe natural, essa ataca indiferenciadamente, ou seja pode atingir desde o mais miserável até o mais prestigiado cidadão (BAUMAN, 2008, p.28).

O contraponto deste medo coletivo é o da exclusão singular do jogo de produção e consumo, ou seja da civilização, a idéia do sofrimento solitário e da convivência diária com os demais sujeitos, os quais ainda desfrutam das estruturas civilizadas disponíveis. Bauman chama isso do medo de uma catástrofe pessoal, a qual vem crescentemente ocorrendo no contexto pós- moderno.

A figura dos reality shows e sua política de eliminação exemplifica de maneira clara a construção de uma crença na inevitabilidade da exclusão e da conseqüente luta para evitar, a qualquer custo que esta aconteça. A eliminação praticada nestes programas é desvinculada à noção de merecimento, de justiça ou injustiça. Para os participantes, a eliminação é um destino inevitável, o acolhimento e a premiação uma dádiva rara. Os participantes do processo de expulsão, são já de início absolvidos por sua função de eliminadores. O autor observa que diferentemente do "Big Brother" de George Orwell, que foi desenvolvido como uma forma de manter as pessoas dentro de um regime rígido e controlado, o "Big Brother" reality show tem a função de botar seus integrantes para fora e assegurar que essa saída ocorra de maneira tranquila e permanente. (BAUMAN, 2008, p.38-39).

Seguindo a lógica da liquidez da realidade contemporânea, os medos atuais passam por constante renovação e substituição. Estes, inseridos na lógica do mercado de consumo,

impulsionam a compra de diversos produtos de cunho protetivo, e levam os consumidores a acreditar na eficácia destes para afastar os perigos que os cercam (BAUMAN, 2008, p.15). Bauman ilustra essa questão ao mencionar a constante divulgação e alarde de situações iminentes de extremo risco<sup>2</sup> que propulsionam uma complexa rede de serviços e produtos com a suposta finalidade de prevenir ou auxiliar na recuperação dos possíveis danos decorrentes do episódio veiculado.

O constante convívio com a incerteza leva a sociedade, segundo Bauman, a perseguir perigos visíveis, de fácil identificação e previsão. A ansiedade do perigo incalculável é substituída por um desvio de foco para problemas que podem ser resolvidos e um decorrente sentimento de controle (BAUMAN, 2008, p. 19-20). Desta maneira, deixa-se de pensar nas catástrofes, muitas vezes inevitáveis e imprevisíveis, nas questões de maior complexidade, preservando-se uma sanidade, e passa-se a ocupar-se com questões secundárias e palpáveis, de mais simples resolução. Estes problemas difíceis, no entanto, vêm à tona em intervalos, cada vez mais curtos, e com grande brutalidade, reavivando a memória de todos e desestabilizando esse sistema, desestabilização esta que permanece, no entanto, por um período limitado de tempo.<sup>3</sup>

Para Bauman, as sociedades desenvolvidas norte-americanas e européias, apesar de terem um avançado arsenal de ferramentas tecnológicas e científicas para lidar com diversas ameaças naturais e humanas, elas experimentam um profundo sentimento de insegurança, um fascínio e obsessão por todos os supostos mecanismos garantidores de segurança, o qual é maior do que aquele experimentado por outras populações do passado e do presente.

Para Bauman, essa idéia tida por estes grupos desenvolvidos de que se poderia atingir uma “segurança total” na qual todas as potenciais ameaças poderiam vir a ser neutralizadas, de que esse feito poderia ser alcançado, aliada a convicção de que esta ainda não foi atingida, traz uma recorrente ansiedade acompanhada de uma conseqüente frustração que “acrescenta ao dano da insegurança o insulto da impotência” com relação a seu estado de vulnerabilidade. Como decorrência disso, os grupos cujas esperanças foram traídas passam a procurar incessantemente pelos culpados por esse não adimplemento da segurança absoluta e busca ferozmente puni-los, com o objetivo de ter uma compensação por suas dores.(BAUMAN, 2008, p.170)

Antes de prosseguir a análise é importante abordar a combinação de duas questões: o crescente enfraquecimento do estado de bem estar (já citado no capítulo anterior) e o que Bauman chama de “ascensão contínua do populismo de mercado.” (BAUMAN, 2008, p. 175).

O Estado, ao passar a ocupar o lugar de regulador da economia e ceder crescentemente à força de outros poderes correspondentes ao mercado, passa a ter que cada vez mais se desdobrar para manter a ordem, ameaçada pelo expressivo número de excluídos e rejeitados do sistema. O Estado passa a ser submisso ao que Bauman chama de “globalização negativa”<sup>4</sup>, que é definida por ele como “a globalização altamente seletiva do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da coerção e das armas, do crime e do terrorismo, todos os quais agora desdenham a soberania nacional e desrespeitam quaisquer fronteiras dos Estados”

<sup>2</sup> Bauman ao falar deste tópico cita o exemplo do “bug” do milênio que movimentou a indústria da informática, com a produção de cursos e programas eletrônicos desenvolvidos especialmente para lidar com o possível problema que poderia trazer o referido vírus, medo esse que se instaurou quase concomitantemente com o lançamento das possíveis soluções para saná-lo (BAUMAN, 2008, p. 14).

<sup>3</sup> A esse respeito, Bauman cita o exemplo do furacão Katrina que por um curto período de tempo interrompeu a lógica do prazer imediato e levou diversas figuras influentes e voluntários a se mobilizarem com a catástrofe e oferecer ajuda, a qual durou poucos meses. A tragédia pouco mobilizou o Congresso americano, que permaneceu adormecido diante dos fatos e pouco se movimentou para discutir a legislação de ajuda cabível. (BAUMAN, 2008, p. 23-25).

<sup>4</sup> A este respeito Bauman dedica um capítulo inteiro de seu livro “Medo Líquido”, além de discutir essa questão ao longo de suas obras, porém análise de tal conceito merece um trabalho a parte, por ser de grande complexidade.

(BAUMAN, 2008, p. 126).

Tal globalização proporcionou a abertura forçada das sociedades, deixando-as vulneráveis, com toda a sua pluralidade, tomadas pelo medo da impossibilidade de defesa de suas fronteiras. A idéia de que todos estão em perigo paira nas cabeças dos indivíduos globais, os quais, segundo Bauman, só podem ocupar o lugar de “perpetradores, vítimas e baixas colaterais” (BAUMAN, 2008, p. 128).

Todos os prejuízos e danos que resultaram dessa versão perversa da globalização geraram sentimentos constantes de ressentimento e vingança. Tais sentimentos se direcionam ao outro desejante, que apresenta um obstáculo ao adimplemento dos desejos individuais do sujeito. É um mundo de perigos indefinidos e imprevisíveis, e não de riscos calculáveis e rotinizados. É nessa imprevisibilidade que reside a chave da vulnerabilidade sentida pela sociedade pós-moderna.

Esse desamparo não pode ser corrigido pelo Estado, que não mais é um Estado social. (BAUMAN, 2008, p. 126-131). Há a emergência do que Richard Rorty, citado por Bauman, chama de “superclasse global” que decide sobre as questões econômicas a despeito das legislações e, em última instância, das vontades dos eleitores. A ascensão dessa classe é apoiada pela ideologia do neoliberalismo que privilegia a classe rica, detentora de maior força, e vê o mercado como a melhor forma de se alcançar a democracia, apoiando a privatização dos serviços públicos em geral, o que possibilitaria a livre escolha por parte dos indivíduos de acordo com seu melhor interesse. (BAUMAN, 2008, p. 191). O Estado perdeu sua função de controlador da economia, e por não mais poder oferecer à população a proteção adequada para enfrentar as situações de resistência e conflito, ele passa a recorrer a medidas emergenciais para manejar as situações de crise. (BAUMAN, 2008, p.192).

Nesta conjuntura, o Estado se vê desprovido de legitimação política, e passa a tentar reavê-la através do “combate aos perigos à segurança pessoal”. Com isso o Estado, que antes era de bem estar e garantia o amparo do exército de reserva de mão de obra, dos cidadãos vitimizados pelo sistema fordista de produção, para um Estado de proteção social, na qual o foco era reprimir as ameaças corporificadas na figura dos criminosos e “vadios”, os inimigos internos da sociedade contemporânea. (BAUMAN, 2008, p.193).

O terrorista foi visto como um dos exemplos que melhor clarificam a noção do uso da figura do inimigo interno para legitimar determinadas políticas do Estado, e por conseguinte a atuação do Estado em si. A figura do terrorista de fato existe e representa um perigo. A questão é que através de sucessivas manipulações, e da criação de um imaginário de medo, o terrorista passou a ser visto como uma ameaça muito mais perigosa do que é na realidade. A visão deturpada dessa modalidade de criminoso internacional legitimou o início de uma política de guerra por parte dos Estados, principalmente dos Estados Unidos. (BAUMAN, 2008, p. 195-196).

Essa guerra ao terrorismo alimentou a venda de armas de pequeno porte pelo mundo, as quais são responsáveis por grande número de mortes (cerca de meio milhão por ano), além de fomentar o mercado de artigos de segurança destinados a defesa pessoal e, acima de tudo, provocou o crescimento do medo nas populações mundiais (BAUMAN, 2008, p. 196). O medo exorbitante no imaginário social levou a aprovação de uma “legislação- antiterrorista” que tolhe flagrantemente as liberdades pessoais.

Uma tática rigorosa foi adotada pelas polícias: a de “atirar para matar”. Estratégia esta fadada a causar diversas fatalidades, como a que ocorreu em Londres, onde a polícia local atirou e matou o brasileiro Jean Charles de Menezes, o qual estava tranqüilamente utilizando o transporte do metro (BAUMAN, 2008, p. 197). Igual ou pior rigor e crueldade é encontrado nas prisões especiais de Guantánamo e Abu Ghraib, onde a tortura se tornou uma prática recorrente e basicamente permitida. O ímpeto da tortura, aliado aos avanços tecnológicos e um ambiente de forte pressão, resultam em um contexto de brutalização, não só dos detentos

como também dos funcionários e agentes que trabalham nestas carceragens.<sup>5</sup>

Outra questão importante abordada na pesquisa é a exploração econômica do medo, que é exercida ativamente não só pelos mercados de materiais e acessórios de segurança e proteção pessoal já mencionados<sup>6</sup> como também pelas indústrias de medicamentos, e até do lançamento de programas, livros e filmes de “auto-ajuda”, os quais teriam supostamente um efeito rápido e eficaz com a lógica do mínimo esforço possível.

Esta busca de satisfação imediata é condizente com o que já foi exposto sobre a sociedade contemporânea como uma sociedade de “crédito”, que busca o prazer imediato e a protelação máxima do sofrimento futuro. Logo, não há nada de espantoso na alta lucratividade da indústria farmacológica e das editoras de livros de auto-ajuda.

A grande questão é que esta mesma estrutura de proteção individual que visa sanar as ansiedades e temores, é, no entanto, um lembrete constante da desordem que a fez necessária. Isto é, estes mecanismos visíveis de proteção privada reforçam a idéia, nas mentes inseguras, que se está vivendo em uma atmosfera desordenada e insegura. Desta maneira, os temores, uma vez instaurados na sociedade têm uma capacidade quase independente de se reproduzir e intensificar. (BAUMAN, 2008, p.173).

Esta capacidade de “auto-reprodução”, no entanto, não é, por si só, perpétua e apenas pode ganhar esse caráter contínuo se os medos disseminados tiverem como fonte primária de força o que Bauman chama de “tremores existenciais”. Aos tremores existenciais está ligada a idéia de imprevisibilidade e incapacidade de prevenção, a idéia de “golpes do destino” que atingem os seres humanos de surpresa, sem que estes estejam ou possam vir a estar preparados. Essa sensação de impotência e ignorância é historicamente uma fonte de insegurança e ansiedade. A diferença que Bauman aponta para os medos atuais é a questão do “desacoplamento entre as ações inspiradas pelo medo e os tremores existenciais que geraram os medos” ou seja, o “deslocamento dos medos” para áreas cotidianas com grande visibilidade que pouco têm em comum com as reais causas das ansiedades. (BAUMAN, 2008, p.174)

Em seguida iniciou-se um estudo do processo de construção de imaginário.

Durante a passagem do século XX para o XXI se consolidou o que Gizlene Neder, citada por Vera Malaguti, chama de uma produção imagética do terror, corporificada nas mídias impressas e digitais. O medo passa a ser encarado como um “projeto estético” no qual imagens provocativas, veiculadas por meios diversos de comunicação, fomentam o sentimento de insegurança e ansiedade de diversos integrantes da sociedade (BATISTA, 2003, p.75-76). Imagens essas que capturam condutas transgressoras praticadas tipicamente pelos grupos marginalizados da sociedade que, por serem praticadas no espaço público, são dotadas de grande visibilidade e portanto de fácil registro. Estes agentes marginalizados e retratados na mídia passam a representar a corporificação dos medos e da ameaça a lei e a ordem. São alvos de repulsa e reprimendas por parte dos demais setores da sociedade e principalmente das políticas de segurança.

Para entender a questão do imaginário foi lida a tese de mestrado de Felipe Corrêa, que escolhe como definição de imaginário a acepção dada por Jean-Jacques Wunenburger:

...imaginário [é] um conjunto de produções, mentais ou materializadas em obras, com base em imagens visuais (quadro, desenho, fotografia) e lingüísticas (metáfora, símbolo, relato), formando conjuntos coerentes e dinâmicos, referentes

<sup>5</sup> BAUMAN, Medo Líquido, pg. 197-198.

<sup>6</sup> Quanto ao mercado de produtos de segurança privada, e o estímulo de compras através de campanhas publicitárias que exploram as catástrofes terroristas, Bauman cita o exemplo das SUVs (*Sport Utility Vehicles*) que são carros, com alto nível de consumo de gasolina, paramentados e construídos fazendo alusão direta aos carros usados por militares (os Hummers) para supostamente oferecer maior proteção aos passageiros. O comprador deste carro está reconhecendo, em alguma ordem, que o espaço urbano é uma linha de combate, marcado pela imprevisibilidade e o perigo. (BAUMAN, 2008, pg.187).

a uma função simbólica no sentido de um ajuste de sentidos próprios e figurados (CORRÊA, 2008, p. 9)

Felipe Corrêa analisa especificamente a construção de imaginário através da imprensa, a qual, por meio de suas notícias e fotografias provocativas, sua credibilidade e alcance, consegue estabelecer uma atmosfera de insegurança. Ela o faz tanto pela utilização de notícias que focam na guerra com conflitos armados do tráfico, como naquelas que narram os perigos cotidianos. O grande método, apontado pelo autor, para inculcar esse medo na sociedade é dar visibilidade às situações de suposto perigo. Isso é feito através da repetida veiculação de notícias desses dois gêneros com graus de dramaticidade variantes, criando representações do real que são sedutoras e com alto potencial de convencimento.

Felipe Corrêa atesta que o melhor alvo para as câmeras e teclas perspicazes da imprensa são as práticas transgressoras efetuadas no espaço público, preferencialmente de natureza violenta. Estas práticas visíveis costumam ser perpetradas pelos grupos marginalizados da sociedade, predominantemente, o homicídio, o roubo e o tráfico, haja vista que os crimes normalmente praticados pelos ricos, os de colarinho branco, são praticados em âmbito privado, por meio de computador ou em escritório fechados, através de ligações e acordos confidenciais e depósitos em bancos estrangeiros.

A mídia, como produtora de discurso, ao reiterar certas afirmativas pode instituir um imaginário social do medo. Suas práticas podem ser vistas como “narrativas produtoras de sentido e de ordenamento, de afirmação de fronteiras, de divisões, que acabam por guiar a ação e o pensamento dos agentes sociais.” (CORRÊA, 2008, p.17).

Desta forma, os jornais colaboram de maneira expressiva para a formação de uma “cultura do medo”. Como bem diz Sergio Graziano Sobrinho, para entendermos esta questão da formação de um imaginário, é importante se considerar o medo não como um “medo individual”, que corresponde à ansiedade gerada por uma ameaça real ou desconhecida, mas sim um medo “socialmente partilhado” que manipula o senso comum, possibilitando a dominação através da construção e moldura do imaginário.(SOBRINHO, 2005, p. 215).

A sociedade tende a interpretar fatos de acordo com a ideologia vigente, que normalmente corresponde ao discurso do grupo dominante o qual tem suas idéias disseminadas e incorporadas pelos demais cidadãos como sendo a maneira correta de se pensar. Assim, os grupos dominantes conseguem exercer dominação sobre os demais, através de uma ideologia que cria um imaginário, que, no caso da sociedade atual, muitas vezes consiste em um imaginário do medo.(SOBRINHO, 2005, p.220). O medo é, pois, um mecanismo de dominação amplamente utilizado na contemporaneidade, como já vimos em capítulos anteriores.

Ao falarmos de imaginário do medo, estamos lidando com o simbólico, com narrativas “que atribuem características e que lançam pontos de mediação entre ações e significações sociais.” (CORRÊA, 2008, p. 17). Para Corrêa, esse imaginário depende diretamente de como se atribuiu significado a questões e conjunturas econômicas e sociais, e de como se retratou, divulgou e elegeu os perigos, já que sem um perigo declarado, mesmo que vago, dificilmente há medo.

É importante qualificar também qual é a violência a qual é alvo do medo urbano. A violência na sua acepção pura e simples, por mais que cause ferimentos e fatalidades não representa uma ameaça suficiente para alimentar o imaginário do medo. Segundo Felipe Corrêa, a violência precisa ser divulgada, espetaculizada através de vívidas imagens. Com tal caráter, a violência passa a ser experimentada de maneira freqüente sem que aqueles que a experimentam precisem sofrer danos diretos.

A mídia tem hoje influência em vários setores da vida social, desde a saúde até a estética corporal e a moda. Esta, substituindo o antigo papel da literatura é o atual “árbitro do gosto, dos valores e do pensamento.” (CORRÊA, 2008, p. 21). Este apelo é ligado ao fato da

mídia trabalhar com representações do real, discursos travestidos de realidade e objetividade. A “suposta narração objetiva do real” da linguagem da mídia é extremamente sedutora por evocar e administrar “as paixões humanas”. (CORRÊA, 2008, p.21).

Antes de abordar a atuação da imprensa na cidade do rio de janeiro foi lido o livro de Vera Malaguti *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história* em que a autora traça um histórico do uso do medo “como mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social” (BATISTA, 2003, p.23) em dois momentos da história carioca: o século XIX no contexto das revoltas escravas e da abolição da escravatura, e na conjuntura a partir das campanhas eleitorais de 1992.

Para entender o papel da imprensa Brasileira, especificamente a carioca, na criação de um imaginário do medo e da insegurança, iniciou-se uma análise de artigos e pesquisas acerca do assunto. Até o presente momento foram vistos dois artigos, um que versa sobre mídia e violência e é elaborado por pesquisadores do CESeC, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes; e o outro que aborda o sentimento de insegurança nos bairros da cidade do Rio de Janeiro e é elaborado por pesquisadores do NUPESP, núcleo de pesquisa do ISP, Instituto de Segurança Pública que é uma autarquia vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

O artigo do CESeC *Mídia e Violência- Como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil*, elaborado por Silvia Ramos e Anabela Paiva, analisou 2514 textos jornalísticos de nove jornais , distribuídos em São Paulo ( *Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, e Agora SP* ), Rio de Janeiro ( *O Globo, Jornal do Brasil e O Dia*) e Minas Gerais ( *O Estado de Minas, Diário da Tarde, e Hoje em Dia* ), ao longo de cinco meses do ano de 2004 (usando o método de semana composta<sup>7</sup>).

As autoras utilizam um sistema de análise por meio de quesitos elaborados em um questionário detalhado que foca nos temas de “criminalidade; políticas de segurança; forças de segurança; sistema penitenciário; justiça; reações da sociedade civil; pesquisas e legislação.” (RAMOS& PAIVA, 2005, p. 8). Ramos e Paiva justificam a escolha do veículo impresso como objeto de estudo dizendo que este é ideal para se aferir “que temas estão sendo debatidos nos jornais, com que profundidade e abrangência, quais são os atores sociais envolvidos no debate e identificar possíveis novas tendências” e assim poder perceber como estas questões estão sendo retratadas para o seu público alvo que consiste em pessoas que “têm poder de decisão” e muitos são “formadores de opinião pública” (RAMOS& PAIVA, 2005,p.6). Ou seja, as autoras provavelmente visaram pesquisar sobre a disputa e a formação de discursos dominantes na mídia impressa que representam o modelo que posteriormente irá influenciar a população em geral através da reprodução destes por outros meios de massa.

Ao analisar a totalidade de notícias sobre os temas selecionados, Ramos e Paiva viram que 48,2% destas cobriam a violência localizada no estado do Rio. Os jornais cariocas tratavam majoritariamente da violência local ( *O Dia*: 94,5%; *JB*: 82,2%; *O Globo*: 78%), pouco abordando incidentes ou conjunturas violentas em outros estados. O jornal *O Globo* foi visto como o noticiário que, comparado a jornais de igual porte: *O Estado de São Paulo* e a , mais tinha notícias cobrindo a questão da violência em geral, além de ter também uma expressiva cobertura da violência no Rio (RAMOS& PAIVA, 2005, p. 11). Tal foco no Rio de Janeiro colabora para uma concepção dele como “estado problema” da região sudeste, criando um imaginário de insegurança, principalmente dos moradores cariocas e fluminenses que vêem seu estado como o grande foco de violência no país. Silvia Ramos e Anabela Paiva apontam tal resultado como uma louvável tentativa de denunciar a criminalidade no estado

<sup>7</sup> Tal método consiste no sorteio de: “7 dias de cada um dos meses pesquisados. Na medida do possível, os dias deveriam estar distribuídos de forma equânime pelas semanas reais componentes do referido mês; além disso, esta semana artificialmente construída deveria possuir os mesmos *dias* de uma semana real (uma segunda, uma terça, uma quarta, uma quinta, um sábado e um domingo). Ao final, nosso universo amostral correspondeu a 35 dias ou 22,88% de todos os dias do período.” (RAMOS& PAIVA, 2005, p. 8)

mas também criticam o fato da cobertura extensiva do estado do Rio de Janeiro impedir que os leitores façam uma comparação informada com a violência experimentada nos demais estados do país.

A maioria das notícias encontradas estava situada nos cadernos de cobertura local (83%) e detinham predominantemente o que as pesquisadoras classificam como um “enquadramento individualizado” (82,2%), o que consiste em um ângulo de abordagem que foca na descrição de um acontecimento específico, pontual e individual, sem análises conjunturais ou estatísticas (RAMOS& PAIVA, 2005, p. 11-12). Os noticiários de apelo mais popular mostraram ter uma incidência ainda maior de notícias com este enquadramento.<sup>8</sup> As autoras ressaltam que cerca de 27% das notícias recolhidas consistiam em pequenas notas informativas, sem qualquer contextualização.

A questão de um quarto das notícias consistirem nesses “colunões” somada ao fato de quase nenhum artigo ter o foco na divulgação de dados estatísticos (apenas 1,4%,) leva os leitores a ter uma noção distorcida da relação entre a ênfase e frequência que se noticia atos violentos e o registro oficial de acontecimento destes (RAMOS& PAIVA, 2005, p. 36). Os leitores acabam não tendo uma percepção muito distante do número real de delitos que ocorrem naquela determinada localidade. Cabe observar que, segundo as autoras, nos poucos artigos estatísticos que foram encontrados, a fonte quase exclusiva de dados são os aparelhos oficiais, sejam as secretarias de segurança ou a polícia (39% e 6,4% respectivamente) ou órgãos oficiais de estatística (17,9%), deixando pouco ou nenhum espaço para estudos acadêmicos, os quais forneceria um contraponto ao discurso oficial.

As pesquisadoras, apontam para o significado alarmante da baixa publicação de notícias de cunho opinativo e ou contextualizador que discutam o fenômeno da violência, suas causas, conseqüências, e possíveis soluções (“apenas 5,4% dos textos apontaram causas, 7,3% soluções e 6,4% conseqüências”) (RAMOS& PAIVA, 2005, p. 34). A falta de artigos desta natureza implica na visão dos acontecimentos delituosos “como uma espécie de males inerentes à realidade brasileira e, muitas vezes, [estes] são 'naturalizados', quando os atingidos são moradores de favelas e periferias.” (Idem, 2005, p. 35). Relatam ainda, que o principal assunto discutido nas notícias girava em torno das “forças de segurança” (40,5%), quais sejam as polícias e forças armadas (Idem, 2005, p. 19). Das notícias voltadas para o tema, 57,6% falam de operações policiais bem sucedidas, 16,5% tratam de crimes cometidos pela força policial, 9,8% abordam as denúncias de crimes cometidos por policiais, e 3,3% se referem a “utilização das forças armadas no combate à violência urbana”. Dos 1108 artigos sobre as forças de segurança apenas onze falavam da corregedoria de polícia e um artigo falava sobre policiamento comunitário. (Idem, 2005, p. 21-22)

As autoras falam da desproporção entre o número de notícias sobre delitos policiais e o número de notícias sobre a ação disciplinar das corregedorias fato que demonstraria o início de uma tendência da imprensa de ocupar o lugar de mecanismo de controle externo das polícias, através de um “jornalismo de fiscalização policial” (RAMOS& PAIVA, 2005, p.20). Contudo, Ramos e Paiva deixaram de observar que devido à natureza individualizada das notícias, a imprensa, ao colocar o foco na atuação policial, ela acaba por privilegiar a polícia como o maior ou o único meio de controle da violência, fazendo cair no esquecimento outros caminhos muito mais razoáveis, como as políticas sociais que previnem e não simplesmente reprimem os atos violentos.

Outro resultado da pesquisa a ser mencionado é o número irrisório de notícias encontradas sobre empresas e medidas de segurança privada (0,1%). Tal cobertura não faz jus à relevância do tópico para atualidade, haja vista a crescente busca por serviços e produtos de

<sup>8</sup> Enquanto jornais como *O Globo e Estado de São Paulo* focaram respectivamente 69,2% e 67,4% em notícias individualizadas, jornais de apelo mais popular como *O Dia e Agora SP* focaram respectivamente 88,9% e 88,8%. (RAMOS& PAIVA, 2005, p. 17).

segurança privada em diversas áreas do mundo, inclusive no Brasil, como já foi exposto em capítulos anteriores. As autoras apontam para a rara divulgação da idade e sexo dos autores das condutas violentas (63, 7% das notícias não divulgam). Quando a faixa etária foi mencionada, uma boa parte se concentrava na de jovens de doze a vinte cinco anos (17% das notícias). Quando foi divulgado o sexo dos “transgressores”, a maioria esmagadora era do sexo masculino (88%).(RAMOS& PAIVA, 2005, p. 25).

Considerando a totalidade da pesquisa, o homicídio foi o tipo de crime mais noticiado nos jornais (44,8%). As autoras, no entanto, fazem uma ressalva especial no caso dos jornais cariocas, nos quais se observou um equilíbrio no noticiamento de delitos de homicídio e os de roubo e furto: “35,2% dos crimes noticiados são homicídios e 32,4% são roubos e furtos”. (Idem, 2005, p. 27)

Um último ponto a ser destacado neste artigo é o insignificante número de artigos encontrados que ilustrem a função e as atribuições dos órgãos de justiça e do ministério público (4% das notícias se dedicam a falar dessas entidades, e a maioria retrata casos pontuais), fato que pode fazer com que a maioria dos leitores a vejam tais instituições como meramente “investigadoras ou aplicadoras de sentenças”. (RAMOS& PAIVA, 2005, p. 31).

O segundo artigo, nomeado *Avaliando o sentimento de insegurança nos bairros da cidade do Rio de Janeiro* e escrito por Ana Luísa Vieira de Azevedo et al. teve como “objetivo dimensionar, através de pesquisa quantitativa<sup>9</sup>, o sentimento de insegurança” dos moradores de cinco bairros da Cidade do Rio de Janeiro, em áreas com diferentes perfis sócio-econômicos: Lagoa e Botafogo (Zona Sul); Bonsucesso e Pavuna (Zona Norte); Campo Grande (Zona Oeste).<sup>10</sup>

Analisando alguns dados produzidos pela pesquisa, os autores apontam para a Lagoa como o bairro no qual os moradores mais se sentem inseguros, e eles atribuem isso os seguintes fatos: grande parte dos entrevistados ser de uma faixa etária acima dos 45 anos (47,3% da amostra); boa quantidade dos entrevistados ou membros de sua família terem sido vítima de algum crime (41%); 68% por cento dos entrevistados conhecerem alguém que já tenha sido vítima de um delito (AZEVEDO et al., 2004, p.29). De todos os que foram inquiridos no bairro da lagoa, 41% acreditavam que a criminalidade havia aumentado (“contra 32% em Bonsucesso, 23% na Pavuna, 23% em Campo Grande e 19% em Botafogo”), quando na verdade, segundo o estudo, este bairro foi o que menos teve um crescimento de criminalidade dentre os pesquisados (Idem., 2004, p.10). Em todas as zonas, com exceção de Botafogo, muitos moradores admitiram ter mudado alguns de seus hábitos cotidianos, como sair de casa com objetos de valor em função da criminalidade.

Azevedo et al. revelou que grande parte dos questionados de todos os bairros julgou o policiamento em seus bairros menor do que o necessário, sendo os moradores da Zona Sul aqueles que mais expressam essa opinião (62,9%) e Botafogo (47,8%). Diante desta estatística, faz sentido que as duas medidas mais votadas para melhorar a segurança dos bairros tenham sido “aumentar o policiamento”, “preparar melhor os policiais” (AZEVEDO et al., 2004, p.16)

Para um número considerável dos entrevistados de todos os bairros as notícias divulgadas pela mídia retratam de maneira eficaz os fatos ocorridos, e mais da metade de todos os entrevistados (52%) declarou que é através dos meios de comunicação (rádio, jornais e televisão) que ficam sabendo sobre os crimes praticados. Também foi consenso entre todas

---

<sup>9</sup> “A amostragem por cotas levou em consideração a distribuição populacional de cada bairro segundo gênero e idade. Foram aplicados 400 questionários estruturados em cada bairro, somando 2.000 entrevistas ao todo.” (AZEVEDO, et al., 2004, p. 2).

<sup>10</sup> “A seleção dos cinco bairros componentes desta pesquisa foi feita levando-se em conta o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de cada bairro, e segundo os fatores: renda, longevidade, escolaridade, a taxa anual de homicídios, e a população.” (AZEVEDO et al, 2004, p.2.)



as áreas que o foco dos jornais é a ocorrência de delitos no Rio de Janeiro, e eles atribuem esse fato ao crime organizado carioca. (AZEVEDO et al., 2004, p.22).

Os pesquisadores compararam o medo das pessoas de um bairro com relação a determinados crimes, o que eles chamam de “insegurança subjetiva”, com os dados fornecidos pelo ISP sobre o registro oficial de ocorrências desses crimes no mesmo bairro, a “insegurança objetiva” (Idem., 2004, p.23). Ao fazer isto eles observaram que a sensação de medo crescente não tem relação com a ocorrência efetiva de delitos. Exemplo disso é o caso do crime de roubo de residência, o qual na Pavuna, “nos meses de abril e maio, enquanto cresce o número de casos de roubo a residência, decresce o medo de ser vítima deste crime” e “na Lagoa, apesar do número de roubo a residência permanecer estável nos meses de abril, maio e junho, na percepção dos entrevistados o medo aumenta”.

As principais conclusões que podem ser tiradas desses artigos é que independente da insegurança objetiva existente nos bairros estudados, o grau de insegurança subjetiva tende a ser crescente. Se aliarmos essa desarticulação a confiança predominante que se tem na mídia e na precisão desta ao retratar fatos criminosos, podemos dizer que o papel destes é talvez mais relevante para gerar insegurança do que os atos criminosos em si. A este respeito Azevedo et al. citam Sebastian Roché, falando que “a insegurança se alimenta muito mais de impressões difusas e distantes da realidade cotidiana do ator social do que de fatos reais.” (Idem., 2004, p.11).

Também podemos observar que a repetida publicação de artigos sem contextualização e dados estatísticos e conteúdo crítico, observada na primeira pesquisa, pode fazer com que os leitores cultivem uma sensação de insegurança abstrata, desvinculada a dados e conclusões racionais e vinculada a descrição ligeira de atos brutais. A apresentação de muitos acontecimentos violentos no formato de notas soltas nos jornais, valoriza os fatos delituosos isolados, e acaba naturalizando estes como parte integrante da vida cotidiana em uma determinada região.

Através destes dois artigos pôde-se ter um pequeno exemplo de como se constrói um imaginário do medo através da produção de um discurso jornalístico concretizado em elementos como: a escolha de divulgar ou não informações estatísticas; a escolha de focos, tipos de enquadramento diversos, formatos de diagramação (notas ou editoriais ou artigos em cadernos locais); no nível de detalhamento sobre o perfil dos personagens envolvidos no fato noticiado. E também de como se configura o sentimento de insegurança de moradores de diversas situações sociais que tomam a mídia como fonte confiável de informação e parâmetro de avaliação da realidade que os cerca. Parece que as representações do real fornecidas pelos meios de comunicação teve maior poder de convencimento que uma realidade ligada à insegurança objetiva.

## **Conclusões**

Através das análises efetuadas no decorrer da pesquisa, pôde-se ver que nas últimas décadas, a sociedade contemporânea sofreu diversas mazelas oriundas do processo de consolidação do regime capitalista de acumulação flexível, em voga na atualidade. Uma das mais preocupantes é a exclusão de um expressivo contingente populacional do mercado de trabalho e de consumo. Esta se deu devido às políticas de flexibilização das relações humanas, principalmente as de trabalho, que acarretou um desemprego estrutural e uma decorrente insegurança, ligada à falta de estabilidade financeira e benefícios trabalhistas, a qual coincidiu com a desestruturação do Estado Social e suas políticas de bem estar.

Os setores improdutivos da sociedade passaram a ser vistos como uma possível ameaça a ordem, e, para contê-los, foram desenvolvidos diversos mecanismos de controle social. A maior parte destes tem um cunho emergencial e efficientista, e são estruturados com o fim de manter a “lei e a ordem” estabelecidas pelos grupos dominantes. Tais políticas penais têm

como características: a repressão intensa das populações marginalizadas, a crescente militarização das forças policiais, um pesado investimento no emparelhamento policial e uma belicização das terminologias usadas para tratar dos assuntos criminais.

Dentro dessa lógica repressiva, os excluídos passaram a ser designados pelos discursos oficiais e da mídia como um inimigo interior do Estado contemporâneo, e se tornaram a concretização dos “medos reprimidos e circundantes” que “permeiam a vida e a ‘normalidade’” dos bons cidadãos (BAUMAN, 1998, p. 52-53). Por isso, passam a ser vigiados, punidos e extirpados do convívio social.

Os sistemas de controle social passaram ser criminalizadores da pobreza, pois direcionam suas ações repressivas aos delitos cometidos em regra pelos “excluídos e despossuídos”, e criam uma atmosfera de medo em torno de todo o setor marginalizado da sociedade, estigmatizando este, portanto, como “classe perigosa” e “criminosa em potencial”.

O exemplo da política de “Tolerância Zero” ilustrou bem essa tendência, pois além de ter um suporte teórico de cunho biológico que alegava a inferioridade cognitiva dos grupos marginalizados, tem também como regra orientadora a repressão de toda e qualquer conduta desordeira, por menor que seja, com o suposto propósito de prevenir a prática de delitos mais graves. A construção da mídia em volta do modelo através da repetida veiculação em noticiários impressos e televisionados retratando a política de “Tolerância Zero” como a “panacéia” (DORNELLES, 2003, p. 64) para toda a desordem e insegurança teve um relevante papel na adoção desta lógica por diversas nações européias e latino-americanas.

Na atualidade, os Estados reservam grande parte de seu orçamento e do seu tempo discutindo e investindo em assuntos de segurança. Com o fim das políticas de bem estar o Estado tem como instrumentos legitimadores de poder a luta pela ordem e o combate ao medo e insegurança. Os governantes fazem do discurso de guerra ao inimigo da ordem um de seus principais focos de gestão. A escolha de inimigos internos como o terrorista, no caso americano, e o traficante no caso carioca, aliada ao sentimento difuso de insegurança e da necessidade premente pela ordem, acaba por dar aos Estados maior liberdade de atuação. Permitindo, assim, que suas instituições, como a polícia e órgãos legisladores, privem cada vez mais os cidadãos de seus direitos e garantias. A noção de direitos humanos é, portanto, relativizada através de leis, como a lei antiterrorista no caso americano, e de atuações repressivas e violentas, como as incursões da polícia carioca nas favelas da cidade do Rio.

Assim como o Estado toma proveito do medo e da construção de um imaginário de insegurança, também o fazem as corporações, através de campanhas publicitárias que estimulam a compra de produtos e serviços para proteção pessoal, de remédios para lidar com as ansiedades de maneira eficiente e rápida, de livros de auto-ajuda para orientar de forma genérica as pessoas perturbadas pelas frustrações e insucessos decorrentes do próprio sistema capitalista.

Como foi visto ao longo do trabalho, a culpa pelo insucesso e exclusão do meio produtivo não é atribuída ao sistema, mas aos próprios marginalizados. Estes, vistos como uma ameaça são alvos de políticas neutralizadoras, as quais naturalizam a situação de desigualdade social (discurso biológico de inferioridade intelectual dos setores despossuídos é um exemplo desses discursos naturalizantes, assim como a idéia de consenso social que foi discutida no primeiro capítulo).

O objetivo de neutralizar as desconformidades e os desviantes se estende até aos métodos de tratamento psicológico, sendo os mais recomendados aqueles que se baseiam na utilização de remédios, os quais tendem a prejudicar o raciocínio, a capacidade de memória, deixando os pacientes dóceis e tranquilos. A psicanálise é criticada e pouco recomendada por implicar no resgate da individualidade, da história e do desejo particular de cada paciente.

O estudo do pânico da morte, ligado à inevitabilidade da morte e às maneiras encontradas de lidar com a idéia inconcebível do fim da existência, levou ao conhecimento

dos mecanismos contemporâneos de banalização (o ensaio constante do fim através da morte de entes queridos e do fim de relacionamentos amoroso e sociais- o que Bauman chama de morte metafórica e que, na contemporaneidade, se tornam cada vez mais freqüentes) e desconstrução (através de uma visão casuística da morte, consistente na acepção desta como um evento de causas específicas, tal qual uma enfermidade evitável ou um acidente) da morte.

O processo descrito é semelhante à forma que os governos e cidadãos lidam com o medo da exclusão, que seria uma morte social. Isto porque a mídia, as corporações, e os Estados utilizam-se freqüentemente de mecanismos que desacoplam o sentimento de insegurança de suas causas essenciais (como a desigualdade social, a natureza excludente e massacrante do sistema econômico em vigor), engendrando causas fabricadas, perigos artificiais.

Alguns exemplos destes mecanismos são: a criação dos inimigos internos selecionados pela sua visibilidade e atuação delituosa nos lugares públicos; a espetacularização da violência na mídia por meio de imagens apavorantes e de artigos que descrevem fatos pontuais e com pouca contextualização.

Pôde se chegar à idéia de que a população é tomada atualmente por um sentimento de insegurança que é constantemente renovado e de causa indefinida e flutuante (os perigos artificiais estão em constante renovação juntamente com os medos). As inseguranças são reforçadas até mesmo pelos mecanismos que se propõem a proteger os cidadãos, tais quais os muros, os serviços de segurança privada, as câmeras de vigilância, que ao mesmo tempo em que causam uma sensação de proteção, constituem lembretes permanentes da conjuntura violenta e desordeira que os fez necessários.

Essa atmosfera de medo foi bem capturada pela pesquisa realizada pelo ISP que entrevistou diversos moradores de áreas de realidades sócio-econômicas distintas. O que se aferiu foi que os moradores dos bairros mais ricos (como lagoa e botafogo) eram o que mais se sentiam inseguros, e tinham a sensação de que a criminalidade estava crescendo, quando na verdade esta estava estável ou diminuindo. Estes cidadãos declararam a mídia como sua fonte primária de informação e consideravam-na segura e confiável. Ao comparar este estudo com a pesquisa feita pelo CESeC, que analisou a forma de abordagem de fatos violentos nos veículos de comunicação impressos, foi visto que os jornais lidos por essa camada da população, que se configurou mais atemorizada, fornece aos seus leitores notícias descontextualizadas, descritivas de fatos violentos pontuais que mal identificam propriamente os agentes, as causas sociais e políticas destes delitos. Este tipo de artigo gera uma reação emocional nos leitores, com suas narrativas sangrentas e sem muito conteúdo crítico.

Os leitores, ao lerem tais notícias, têm como reação não a reflexão ou a percepção racional da conjuntura social, mas sim o choque e o medo. Isto porque eles pouco têm a seu dispor para refletir sobre a conjuntura na qual estes fatos estão inseridos, por não poder perceber de maneira mais ampla as causas reais desses episódios violentos e o significado destes em no contexto social. Não podem, portanto levar em conta os jogos de poder que existem na realidade contemporânea e as falhas no regime econômico vigente, os quais causam tantas mazelas para a sociedade.

Não se pode olvidar que diversos artigos de jornais tiveram um papel importante na aceleração e criação de projetos de lei que endurecem as penas e o regime penal brasileiro. Um exemplo digno de nota é o caso da morte do menino João Hélio, ocorrida no dia 7 de fevereiro de 2007.

A intensa cobertura midiática deste acontecimento trouxe para as mesas de discussão a questão da maioria penal, das condutas infracionais cometidas por menores, e da suposta impunidade destes jovens devido às regras vigentes. O alarde feito pela mídia a cerca da trágica morte do menino João Hélio, tragédia esta que atinge tanto a família do menino como também as vidas dos rapazes que acabaram por ocasioná-la, levou a manifestações públicas

de cidadãos indignados, de políticos revoltados, de artistas chocados, e até de jornalistas sensibilizados, formando um grande lobby a favor das políticas de diminuição da maioria penal, que levou até a elaboração e votação de um projeto de lei a cerca do assunto.

O exemplo da cobertura da morte de João Hélio mostra que a construção de um imaginário de medo e insegurança em torno da violência praticada por um setor determinado e marginalizado da sociedade leva a um deslocamento de foco, conveniente às classes dominantes, pois, afinal, a grande questão a ser discutida não seria diminuição da maioria penal, ou o maior rigor das penas para os praticantes de delitos violentos, mas sim a discussão dos agentes causadores da violência, da desigualdade, da frustração e exclusão social de um contingente tão grande da população. Notícias como estas estimulam o medo e a busca por proteção social e manutenção da ordem. Fazem com que seja possível discutir de maneira natural o aprisionamento de jovens menores de 18 anos, permitem que discursos de apologia a tortura floresçam, e assim por diante.

### Referências

- 1 - \_\_\_\_\_. **A Condição Pós-moderna – uma investigação sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349p.
- 2 - AZEVEDO, Ana Luiza Viera de, et al. **Avaliando o sentimento de insegurança nos bairros d cidade do Rio de Janeiro.** NUPESP, ISP. 2004. Disponível em: [http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/Uploads/Artigo2004001.pdf](http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/Artigo2004001.pdf). Acesso em: 14 Fev. 2008.
- 3 - BATISTA, Vera Malaguti. **O Medo Na Cidade Do Rio De Janeiro: Dois tempos de uma história.** 272p. Rio de Janeiro: Revan: 2003.
- 4 - BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar Na Pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. 272p.
- 5 - CORRÊA, Felipe. *Imaginários do Medo: Imprensa e violência urbana.* Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. 188p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, PUC-Rio.
- 6 - DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e Segurança – entre Pombos e Falcões.* Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2003. 222p.
- 7 - \_\_\_\_\_. **Em Busca da Política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. 213p
- 8 - HARVEY, David. **The Condition of Potmodernity.** 1 ed. Malden: Blackwell Publishing, 1990. 378p.
- 9 - \_\_\_\_\_. **Medo líquido.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 239p.
- 10 - RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência- Como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil.** Rio de Janeiro: CESeC, maio de 2005. Disponível em: [http://www.ucamcesec.com.br/pb\\_txt\\_dwn.php](http://www.ucamcesec.com.br/pb_txt_dwn.php). Acesso em 3 de Mar. de 2008.

11 - SAPIA, Jorge Edgardo. **Algumas considerações sobre a violência e o terror como forma de dominação: o caso argentino.** *Dissertar.* N. 8 e 9. p.46 a 50. Jan/Dez 2005.

12 - SOBRINHO, Sergio Graziano. **A cultura do medo e as transgressões contemporâneas.** *Direito, Estado e Sociedade.* V.9. N.27. P. 215 a 226. Jul/dez 2005.

13 - VALLADARES, Lícia. **Cem Anos Pensando a Pobreza (Urbana) No Brasil.** In: Boschi, Renato (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., IUPERJ, 1991.